

## **COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL E FAMÍLIA**

### **PROJETO DE LEI Nº 6.989, DE 2010**

Altera a lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para conceder gratificação anual ao médico sobre os honorários pagos por operadoras de planos de assistência à saúde.

**Autor:** Deputado ELEUSES PAIVA

**Relator:** Deputado ANDRÉ ZACHAROW

## **I – RELATÓRIO**

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do Deputado Eleuses Paiva, sugere a inclusão do art. 35-N à Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998. O acréscimo visa instituir uma espécie de gratificação pecuniária a ser paga aos médicos credenciados, pelas operadoras de Planos de Assistência à Saúde. O pagamento deverá ocorrer de forma independente dos honorários devidos ao profissional.

Como justificativa à proposição, o autor relata que a proposta objetiva beneficiar os médicos que prestam serviços para as operadoras de planos de assistência à saúde, com o pagamento de uma gratificação anual. Essa bonificação seria uma forma de incentivar o profissional a buscar seu aprimoramento na participação em cursos, congressos e especializações. O pagamento, assim, iria refletir na melhoria e na qualidade da atenção à saúde dos pacientes.

A proposição será apreciada conclusivamente pelas Comissões de Seguridade Social e Família – CSSF e de Constituição e Justiça e de Cidadania – CCJC, cabendo à primeira a avaliação do mérito.

No âmbito desta Comissão de Seguridade Social e Família, não foram apresentadas emendas ao projeto no decurso do prazo regimental.

É o Relatório.

## **II – VOTO DO RELATOR**

Esta Comissão de Seguridade Social e Família deve se posicionar acerca do mérito do presente projeto para o direito individual e coletivo à saúde e para o sistema de saúde pública.

A valorização da profissão médica passa, necessariamente, pela justa remuneração das pessoas que prestam os respectivos serviços. A qualidade do atendimento vincula-se, dentre outros fatores, pelo nível de capacitação e de motivação do profissional. A presença de médicos bem remunerados e altamente capacitados reflete diretamente na qualidade dos serviços de saúde oferecidos à população.

A presente proposta de criação de uma remuneração extra aos médicos, a ser paga pelas operadoras de saúde aos profissionais credenciados, tem o objetivo de ajustar a remuneração dos médicos para que eles possam melhorar ainda mais a qualidade dos serviços. O aumento na disponibilidade de recursos poderá, também, propiciar as condições para a realização de atividades de capacitação, aprimoramento e atualização profissionais. Podem-se esperar, em médio prazo, médicos bem mais competentes no desenvolvimento da atenção à saúde humana, o que garantirá uma maior resolutividade no combate às doenças.

Cumprе ressaltar que o valor pago para os médicos, a título de honorários, pelas operadoras de planos de saúde, está em um patamar muito baixo. Além disso, está muito defasado, pois não é reajustado desde 2004, apesar dos diversos reajustes promovidos pelas operadoras nos valores cobrados junto aos segurados, segundo os percentuais autorizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Essa fórmula tem propiciado ganhos crescentes para as operadoras de planos de saúde, em detrimento dos profissionais que efetivamente atendem a população.

Diante disso, considero justa a instituição da gratificação em tela, além de compensar, um pouco, a ausência de reajustes dos honorários pagos aos médicos durante os últimos anos. Ademais, a melhoria na remuneração desses profissionais trará benefícios sensíveis para a saúde no país, em especial nos serviços médicos, haja vista o incremento da motivação e da possibilidade de os valores extras serem aplicados na atualização científica dos médicos, fator essencial para o atendimento adequado.

Ante todo o exposto, VOTO pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.989, de 2010.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2011.

Deputado ANDRÉ ZACHAROW  
Relator